

EDITORIAL

Celebrações de 2 de fevereiro

Eventos religiosos como a celebração de Nossa Senhora dos Navegantes e de Iemanjá, realizada em 2 de fevereiro, têm um papel relevante na vida social, cultural e espiritual das comunidades. Mais do que manifestações de fé, essas celebrações representam tradições construídas ao longo do tempo, que preservam a memória coletiva e fortalecem os vínculos entre gerações. Ao reunir pessoas de diferentes origens e crenças, esses eventos contribuem para a convivência respeitosa e o diálogo inter-religioso. A celebração conjunta de Nossa Senhora dos Navegantes, no catolicismo, e de Iemanjá, nas religiões de matriz africana, evidencia a diversidade religiosa presente no país e reforça valores como tolerância, solidariedade e respeito mútuo. Além do aspecto espiritual, as festividades também movimentam a vida comunitária, ocupam espaços públicos de forma positiva e promovem momentos de encontro, reflexão e esperança. Para muitos fiéis, é uma oportunidade de agradecer, fazer pedidos e renovar a fé; para a sociedade como um todo, representam um exemplo de como diferentes tradições podem coexistir de maneira pacífica. Assim, celebrações como as de 2 de fevereiro reafirmam a importância da liberdade religiosa e do reconhecimento da pluralidade cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

“Celebrações como as de 2 de fevereiro reafirmam a importância da liberdade religiosa e do reconhecimento da pluralidade cultural...”



Jornal
o timoneiro
www.jornaltimoneiro.com.br

Editado por: CEDRO - Editora e Empresa de Comunicação Ltda-ME. CNPJ 02.347.932/0001-30

Conselho Gestor: Jorge Feres Gomes Uequet, Luciane Uequet, Gisele Uequet e Vanderlei Dutra Filho.

Editor: Vanderlei Dutra Filho (MTB/RS 14.225)

Redatora-chefe: Simone Dutra (MTB/RS 19.446)

Diagramação: Sinara Dutra (MTB/RS 20.129)

Comercial: Marta Moraes

Redação: Av. Victor Barreto, 3056/3º andar

Sala 314 - Centro - Canoas - RS - Cep 92010-000

Circulação Semanal

Fechamento comercial: Quintas-feiras, às 14 horas

Filiado a ADJORI/RS

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não traduzindo obrigatoriamente a opinião do jornal.

Fone: (51) 3472.3022

Email: redacao.ot@gmail.com

Site: www.jornaltimoneiro.com.br



COMO APROVEITAR AO MÁXIMO OS BENEFÍCIOS DE SER ASSOCIADO AO LONGO DO ANO

Ser associado à ASMC vai muito além de usufruir de um espaço em momentos pontuais. Os benefícios da associação foram pensados para acompanhar diferentes fases da rotina, ao longo de todo o ano, oferecendo apoio, lazer e convivência de forma contínua e equilibrada.

Uma das melhores formas de aproveitar a ASMC é incluir seus espaços no dia a dia. A **Sede Social**, em Canoas, é ideal não apenas para grandes eventos, mas também para encontros familiares, comemorações simples e momentos de convivência que fortalecem vínculos. Já a **Sede Campes- tre**, em Nova Santa Rita, convida à desaceleração: piscinas, quiosques, áreas de churrasco, espaços esportivos e cabanas equipadas permitem aproveitar fins de semana, feriados ou até pequenas pausas da rotina em contato com a natureza.



Outro diferencial importante está nos **convênios com o comércio local**, que facilitam o planejamento financeiro ao longo do ano. O uso consciente da ordem de crédito, com desconto em folha, ajuda a organizar despesas, evitar imprevistos e trazer mais segurança para o orçamento familiar — um benefício que faz diferença mês após mês.



Além das estruturas e facilidades, a ASMC também promove **encontros e atividades que estimulam a convivência** e o sentimento de pertencimento. Participar desses momentos é uma forma de criar conexões, trocar experiências e reforçar o valor da vida em comunidade, algo essencial para o bem-estar.

Aproveitar ao máximo os benefícios da ASMC é, sobretudo, permitir que a associação faça parte da sua rotina. É usar os espaços, conhecer as possibilidades, participar e transformar a associação em um apoio constante, não apenas em ocasiões especiais, mas em todos os momentos que importam ao longo do ano.

Para mais informações, entre em contato pelo WhatsApp **(51) 99652-1732** ou pelo e-mail **contato@asmc.com.br**.

Rua Fioravante Milanez, 85. Salas 34, 36, 37 e 38
Segunda a sexta-feira, das 8h20 às 18h00

@asmccanoas

(51) 99652-1732

www.asmc.com.br/contato



ESPAÇO ABERTO

Por Felipe Vieira*

Jornalista



A perigosa tese de Moraes e Toffoli: quando o direito vira álibi e a toga passa a defender privilégios — não limites

A afirmação do ministro Alexandre de Moraes de que a Constituição e a Loman “bastam” para regular a conduta de juízes não é apenas insuficiente — é conveniente. O problema do Supremo Tribunal Federal já não reside na falta de regras, mas na banalização consciente da fronteira entre o público e o privado, promovida por seus próprios integrantes. Quando ministros passam a normalizar jatinhos de empresários com interesses em processos no STF, palestras opacas, relações econômicas cruzadas e eventos privados travestidos de acadêmicos, não estamos diante de uma lacuna normativa, mas de um desvio ético reiterado. Essa confusão institucional ganhou contornos ainda mais graves com a naturalização do chamado Gilmarpalooza. Em meio a uma sucessão de escândalos envolvendo o STF e à crescente pressão por um código de conduta, a 14ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa, em 2026, será realizada normalmente — como se nada estivesse acontecendo. Trata-se de um evento privado, realizado fora do país, com ministros da Corte brasileira como protagonistas, patrocinadores interessados e elevado capital simbólico de poder. Não há registro de ministros de Supremas Cortes em democracias consolidadas promovendo, dentro ou fora de seus países, festivais jurídicos internacionais com verniz acadêmico e bastidores políticos. Isso não é padrão civilizatório; é uma exceção negativa brasileira. A fala do ministro Dias Toffoli, ao relativizar conflitos ao afirmar que magistrados podem ser fazendeiros, empresários e acionistas, escancara essa distorção. O debate nunca foi sobre a posse de patrimônio. O ponto central é outro: usufruir do cargo para circular em ambientes de interesse cruzado, receber benefícios indiretos e, ainda assim, exigir deferência pública irrestrita. No caso de Toffoli, o argumento torna-se ainda mais grave diante dos episódios envolvendo o Banco Master, viagens em aeronaves privadas e vínculos familiares que jamais deveriam coexistir com decisões sensíveis. Aqui, o “direito” transforma-se em biombo para privilégios. O argumento de Moraes — de que vedar vínculos empresariais impediria até aplicações bancárias — é um sofisma clássico. Ninguém defende a proibição da poupança. Defende-se o óbvio: limites claros, transparência total, vedação de vantagens indiretas e respeito rigoroso à aparência de imparcialidade, elemento central em qualquer Corte Constitucional séria. Quando ministros precisam explicar por que podem aceitar favores, o problema já deixou o campo jurídico e ingressou definitivamente no campo moral e institucional. Esse ambiente de descrédito é mensurável. Basta observar a reação da sociedade a cada novo episódio envolvendo o STF. A multiplicação de reações negativas não decorre de “ataques à democracia”, mas da erosão cotidiana da confiança. O Supremo parece não perceber que autoridade não se impõe por votos extensos ou discursos professorais — ela se constrói pelo exemplo. É nesse cenário que a advocacia cumpre seu papel histórico. Tenho sustentado, em colunas publicadas no www.felipevieira.com.br, nas redes sociais e nos espaços que ocupo na TV, que o STF atravessa um desgaste real de credibilidade, previsibilidade e limites. Por isso, o manifesto “O STF precisa mudar”, lançado pela OAB-RS, sob a liderança de Leonardo Lamachia, representou um ato inequívoco de coragem cívica. Porto Alegre deu, ali, uma aula institucional ao país. Esse movimento se equipara — em densidade e responsabilidade — à postura adotada pela OAB-SP, sob a liderança de Leonardo Sica. Não há confronto; há cobrança republicana. Rio Grande do Sul e São Paulo demonstram que é possível respeitar o STF sem se ajoelhar diante de seus excessos. Diante disso, é inevitável cobrar que o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, se espelhe nas seccionais do RS e de SP e retome o protagonismo institucional que a Ordem já exerceu em outros momentos históricos. A OAB não pode se contentar com notas mornas quando o país debate os limites do poder. Vale recordar o legado de Raymundo Faoro, Márcio Thomaz Bastos, Marcelo Lavenère e Cláudio Lamachia — nomes que compreenderam que a OAB existe para tensionar o poder quando ele sai dos trilhos, não para acomodá-lo. Fechar os olhos para jatinhos, festivais, relações cruzadas e retóricas indulgentes não preserva instituições — apodrece-as por dentro. Um Supremo que se recusa a se autoconter não perde apenas prestígio: perde autoridade moral. E, sem autoridade moral, nenhuma Corte se sustenta.